

O SOCORRO À ECONOMIA

O Brasil começa a atravessar uma crise de proporções inéditas. O caráter extraordinário deste momento, como não poderia deixar de ser, também exige medidas atípicas para se combaterem os efeitos perversos da pandemia de coronavírus na economia do país e no mercado de trabalho. O contexto extremamente preocupante obriga o governo federal a buscar alternativas excepcionais que possam ajudar a mitigar os impactos brutais da paralisação a que os cidadãos e empresas estão sendo submetidos em nome do

bem maior da saúde e da preservação da vida de um grande número de brasileiros. Neste contexto, o Palácio do Planalto editou uma medida provisória na madrugada de ontem que, entre outros pontos, permitia que contratos de trabalho e salários fossem suspensos por um período de até quatro meses, com a justificativa de que o país vive dias de calamidade pública. Devido à repercussão negativa, acabou revogando esse trecho. Mas promete para os próximos dias uma nova MP, que prevê corte de até 50% da jornada e dos salários.

Apesar do recuo nesse tópico, são válidas outras ações contidas na MP, como a regulamentação do teletrabalho, o regime especial de compensação de horas, a concessão de férias coletivas e o adiamento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), entre outros pontos. Somam-se a iniciativas como a do Banco Central, que ontem anunciou redução dos compulsórios e linhas de empréstimos a instituições financeiras, como a decisão da Caixa, na semana passada, de reduzir juros e pausar contratos por até 60 dias, seguindo medida semelhante informada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), e o pacote de R\$ 55 bilhões do BNDES.

É nítido que o presidente Jair Bolsonaro, até agora, age de maneira errática, mostra hesitações, faz declarações irresponsáveis e tem atitudes disparatadas. A vida, é importante ressaltar, se sobrepõe a todas as demais circunstâncias em análise, sem margem para temporizações, o que Bolsonaro parece não compreender. De qualquer forma, mostra uma preocupação correta o seu governo, por meio do Ministério da Economia e seus órgãos controlados, que identificam no congelamento da atividade no país um vendaval com efeitos arrasadores sobre a renda e o futuro de milhões de brasileiros.

Antes do início de uma quebraadeira em série e de um tsunami de demissões, é preciso encontrar mais medidas que assegurem fôlego às empresas

Antes que seja verificado o início de uma quebraadeira em série e um tsunami de demissões, com o país submergindo para uma nova e aguda fase recessiva, é preciso encontrar mais medidas que assegurem algum fôlego às empresas, verdadeiras empregadoras do país. Sem deixar de atentar para garantir um mínimo essencial de benefícios sociais, reduzindo a vulnerabilidade inerente ao desemprego e à queda da demanda nas atividades exercidas por trabalhadores informais.

Não é possível esquecer que o Brasil vem de vários anos de severas restrições fiscais e, portanto, não conta com o poder de fogo dos EUA, da União Europeia ou da China para lançar mão de medidas contracíclicas potentes e enfrentar com essas armas a batalha contra uma recessão. Mas é muito pior tapar o sol com a peneira e se omitir, como se fosse possível para os empregadores simplesmente manter todo o seu quadro de colaboradores em um período em que lojas, fábricas e outros tipos de negócios se encontram com as portas fechadas ou em um nível de atividade muito aquém do usual. Novas medidas exequíveis são urgentes.

OS JUÍZES EM TEMPOS DE CRISE

ORLANDO FACCI NETO
Juiz de Direito e presidente da Ajuris
ofneto@tjrs.jus.br



Nos filmes e livros que tratam da peste, em algum momento todas as atividades estão voltadas exclusivamente ao combate da epidemia. A vida real encerra maiores dificuldades.

O turbilhão coletivo ensejado pela propagação do vírus corona, com implicações na rotina de cada um de nós, não fez cessar, entretanto, o conflito e a violência doméstica, a necessidade de medicamentos para diversas moléstias, a prática de crimes no meio urbano e rural, e o advento de direitos de libertação, para aqueles que estão encarcerados. Igualmente, os casais separados continuam a discutir com quem permanecerão seus filhos, como ocorrerão as visitas, os credores carecem de recursos financeiros, e a economia não pode parar.

Quem sempre resolveu essas controvérsias continua a fazê-lo: são os juizes e juizas do Rio Grande do Sul.

O agravamento da pandemia ensejou que, com razão, os fóruns fossem fechados, visto que são locais de alta circulação de pessoas, mas a Justiça não parou. Implicados no distanciamento social, que vale para todos, nossos magistrados, pelos meios virtuais disponíveis, seguem exercendo a sua atividade, neste momento de alta dificuldade, em que se desvelam temores gerais, fortemente justificados pelo que vem sucedendo em outros países.

Mais do que isso, há notícia de que vários juizes têm realizado a destinação de verbas obtidas com o pagamento de penas criminais em benefício de hospitais e governos municipais, com o escopo de atendimento a essa emergência humanitária causada pela covid-19.

A Ajuris, de sua parte, já manteve contato com autoridades do Poder Executivo estadual, colocando-se à disposição para o enfrentamento da inédita situação, que requer a cabal união e colaboração de todos.

O vírus passará, e anseio sinceramente que em breve possamos retornar à normalidade de nossas vidas; neste futuro próximo, como sempre, mas sobretudo agora, em que o presente é inusitado e difícil, nossos magistrados não faltarão à sociedade gaúcha. Com crise ou sem crise, é preciso a Justiça.

Neste futuro próximo, em que o presente é inusitado e difícil, nossos magistrados não faltarão à sociedade gaúcha

Grupo **RBS**

Presidente Emérito:

Jayme Sirotsky

Fundador:

Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)

Conselhos de Acionistas e de Administração

Carlos Melzer

Eduardo Sirotsky Melzer (Presidente do Conselho de Administração)

Geraldo Corrêa

Gilberto Meiches (Presidente do Conselho de Acionistas)

Ibanor Polessio (Secretário)

Jayme Sirotsky

Luiz Lima

Marcelo Sirotsky

Nelson Pacheco Sirotsky

Pedro Sirotsky

Sônia Sirotsky

Diretoria Executiva Mídias

Presidente-executivo: Claudio Toigo Filho

Produto e Operações: Andriara Petterle

Marketing: Marcelo Pacheco

Editorial: Marcelo Rech

Finanças: Mariana Silveira



Fundada em 4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Diretora de Jornalismo Jornais e Rádios: Marta Gleich

Diretor de TI e Operações: Pericles Cenço

Gerente-executivo de Assinaturas: Rafael Bestetti

Gerente de Jornalismo Jornais: Nilson Vargas

Editor-chefe: Carlos Etchichury

